

0 tempo, as ideias, o sujeito: um ensaio sobre o tema “opressões”

*“Há uma linha tênue entre sustentar a impraticabilidade de
representar a totalidade e afirmar sua inexistência.”*

(Terry Eagleton. As ilusões da Pós-modernidade)

Por Paula Farias, de Fortaleza, CE e Sonara Costa, de Niterói,
RJ

Apresentação

Pós-modernidade, pós-estruturalismo, pós-marxismo, anticapitalistas, são muitas as vertentes que existem no movimento de opressões, todas vinculadas de alguma forma a correntes de pensamentos que expressam uma visão de mundo, que apresentam diferentes respostas ao combate das opressões e que travam uma batalha de morte em prol de suas estratégias.

Ao longo do século XX o acirramento da luta de classes impactou as elaborações dos intelectuais das mais variadas áreas, a ascensão das lutas identitárias longe de ser um capítulo a parte foi profundamente marcada por ela. Os debates, as conquistas e os interesses das ondas do feminismo servem de exemplo para acompanhar a coincidência entre a produção dos intelectuais e as vitórias, e derrotas, da luta de classes.

Para compreender a marginalidade do marxismo, e a origem de algumas ideologias que encontramos no movimento hoje, é preciso voltar no tempo, e lembrar algumas elaborações características das duas primeiras ondas do feminismo, e situá-las num contexto mais geral de desenvolvimento da luta de classes. O período que corresponde a terceira onda do

feminismo, já com as características de um mundo pós-queda do leste merece um texto a parte.

Preâmbulo: As revoluções burguesas e a 1ª onda do feminismo.

As revoluções burguesas, e sua disputa com a Aristocracia decadente, foram as responsáveis por forjar as ideias fundantes do mundo moderno. Seus filósofos cumpriram um papel de disputa ideológica contra sua classe antagônica. As noções de liberdades individuais, controle sobre o Estado, universalidade, igualdade, verdade, racionalidade, o papel da educação e do meio ambiente na formação do ser humano etc, tiveram como efeito tangencial o questionamento de uma suposta natureza feminina.

Durante a Revolução Francesa as mulheres foram parte importante dos protestos, participando das assembleias e clubes independentes, mas, embora os limites políticos e institucionais ao desenvolvimento das mulheres, enquanto indivíduos, fossem expostos, o ideal da época – mesmo dentre àquelas mais avançadas, como Mary Wollstonecraft – ainda era o da *“maternidade republicana”*, portanto, com seu trabalho subordinado ao papel de esposa e mãe. Em 1789 a participação política das mulheres foi oficialmente proibida na França, e em 1804 todas as recentes liberdades legais acerca do divórcio, filhos nascidos fora do casamento, e acesso a propriedade foram cassadas no Código civil de Napoleão. Nunca coube as mulheres na República da liberdade, igualdade e fraternidade.

A revolução industrial, e o desenvolvimento do capitalismo, transformou o papel das mulheres ao torná-las assalariadas independentes, em geral por remunerações menores, o que levou inicialmente a uma luta visceral no interior da classe, o *“antifeminismo proletário”*.(1) Enquanto Stuart Mill e as liberais aceitavam e promoviam a tradicional divisão sexual do trabalho, coube aos socialistas se debruçarem sobre a questão da mulher trabalhadora. Os trabalhos de Marx e Engels

compreendiam a entrada da mulher nas fábricas como um fato consumado, combateram o antifeminismo proletário e a reivindicação por “salário familiar”. Também dentro da Internacional, desnaturalizaram a ideia de família, questionaram a divisão sexual do trabalho e inseriram a opressão num contexto histórico, e, portanto mutável, abrindo caminho para um real movimento de transformação social.

Revolução Russa: a disputa ideológica

Uma das mais importantes defensoras do marxismo sobre o tema da libertação das mulheres, na virada do século, foi Clara Zetkin, dirigente do Partido Social-Democrata Alemão. Zetkin opôs à bandeira do “salário familiar” a reivindicação “*salário igual para trabalho igual*”, e foi a primeira a reconhecer a ligação entre as diferentes estratégias feministas a diferentes classes. Seus trabalhos sobre a família foram essenciais para compreender as manifestações da opressão dentro da família da classe trabalhadora. É Zetkin quem convence a Internacional, a reconhecer o direito das mulheres ao trabalho, a necessidade da auto-organização delas dentro dos partidos, e a defesa ao voto para as mulheres. Zetkin, Lenin, Kollontai, Kruspkaya e Armand, defendem no interior do partido a necessidade de atuação específica sobre as mulheres, com políticas, organização e materiais próprios, para fazê-las avançar às ideias socialistas, incorporando-as ao movimento operário.

Mas é com a Revolução Russa de 1917 que o programa marxista de libertação das mulheres ganha materialidade. Desde o século XIX que existia um movimento de mulheres na Rússia. As feministas socialistas tinham que encarar sempre uma dupla batalha: contra o machismo dentro do movimento operário e de seus próprios partidos, e contra os setores burgueses dentro do movimento de mulheres.

O movimento avança com as organizações e publicações de mulheres, chegando ao ápice no início do século XX,

especialmente entre 1905 e 1917, combinando a participação crescente em mobilizações, congressos e protestos. Temas, como igualdade de direitos, sufrágio, condições das operárias e camponesas, amor livre, casamento e divórcio, tarefas domésticas, religião; foram tratados por vozes femininas de diversas vertentes e organizações políticas distintas.

O movimento feminino era disputado, palmo a palmo. Tanto os bolcheviques quanto os mencheviques tinham jornais especiais para a mulher trabalhadora, como o Rabotnitsa, publicada pelos bolcheviques e o Golos Rabotnitsy, pelos mencheviques. Os Social-Revolucionários (SR), que lutavam por uma democracia burguesa na Rússia, por sua vez, propuseram a criação de uma “União das Organizações Democráticas de Mulheres” que reuniria os sindicatos e os partidos sob a bandeira de uma República Democrática. Surgiu a “Liga por Direitos Iguais para a Mulher” exigindo o direito ao voto para as mulheres, acompanhando a batalha que elas travavam, no mundo inteiro, por seus direitos civis. Outras organizações surgiram nessa disputa ideológica. A “Sociedade de Filantropia Recíproca”, “Sociedade Russa de Defesa das Mulheres”, “Partido Progressista das Mulheres”, “União das Mulheres” e o Jenotdiél (Departamento de Mulheres do Secretariado do Comitê Central do PCURSS, criado em 1919).

Destacam-se a “União pela Igualdade das Mulheres”, maior organização feminista da Rússia surgido após a Revolução de 1905, e a “Liga da Igualdade de Direitos das Mulheres”, responsáveis, segundo Schneider(2), por organizar a marcha das mulheres em Fevereiro de 1917. A luta por conquista de espaço e voz no movimento, nas organizações e na sociedade, foi temperando e destacando muitas mulheres na vanguarda da classe trabalhadora. Suas preocupações ligam a função da mulher a todas as amarras que foram colocadas nelas e a necessidade de romper os grilhões, participando ativamente da política.

Entre essas mulheres destacam-se Nadiédja Krupskaia, Aleksandra Kollontai e Inessa Armand, marxistas. Maria Pokróvskaia e Ariadna Tirkóva-Williams, liberais; Anna

Kalmánovitch, radical; Olga Chapír, de origem camponesa. Apesar de todas serem mulheres, o programa que defendiam as separava.

Kalmánovitch, feminista judia radical, defendia (em texto de 1908, quando crescia a influência dos socialistas socialdemocratas) que as mulheres não poderiam depositar esperanças em nenhum partido (Schneider, 2017; p.35), nem mesmo nos socialdemocratas e que elas deveriam fazer como as inglesas: organizarem-se entre si e recrutar amigos em todos os partidos, onde quer que eles se encontrem. Tirkóva-Williams, escritora, jornalista, parte da terceira geração de ativistas feministas russas, foi do partido Kadete. Em 1917, após a Revolução de Fevereiro, ela fez parte da comissão que reuniu com o príncipe Lvov para reivindicar o direito das mulheres votarem na assembleia constituinte, marcada para dezembro daquele ano. A marcha de fevereiro das mulheres exigiu pão e paz e Tirkóva-Williams acreditava que o mais importante era o direito das mulheres votarem!

O debate em torno das questões das mulheres era vivo dentro das organizações e no movimento real. Existiu uma disputa ideológica e de classe antes e depois da revolução. Mas, muitas destas feministas se opuseram ao regime dos soviets e suas medidas de emancipação das mulheres. Para estas, restou o exílio após a revolução de outubro.

Em um país atrasado, em relação às questões morais e culturais, como a Rússia, com uma enorme carga de preconceitos arraigados há séculos, – o que caracteriza em geral os países predominantemente camponeses – a questão da emancipação da mulher assumia, naqueles momentos difíceis para o jovem Estado operário, contornos tão complexos quanto muitos dos outros aspectos relativos à transição para o socialismo.

Goldman (2014), partindo de um vasto e volumoso conjunto de documentos, localiza o debate sobre a questão da mulher, depois de 1917, como o novo Código da Família implementado, em

1918, com vistas a conduzir uma transição entre a situação de profunda opressão e desigualdade de gênero e a libertação e autoafirmação feminina.

A autora, citada acima, visualiza, na Revolução, um momento de superação do antifeminismo nas classes e organizações proletárias. Isso porque a construção do Estado Operário representou um avanço da agenda feminista para a época, talvez o mais importante da modernidade, dada sua radicalidade e alcance, envolvendo a vida popular em mudanças profundas na estrutura, em valores e em hábitos sociais.

A aprovação do direito ao divórcio, o fim do princípio da ilegitimidade para reconhecimento dos filhos e da pensão alimentícia, a legalização do aborto, o pressuposto do papel do Estado na criação e educação infantil, a garantia de lavanderias e restaurantes públicos e populares foram medidas deste período. A revolução socialista na Rússia, em 1917, significou uma mudança também na situação da mulher no mundo inteiro. Pela primeira vez, um país legislava a favor da igualdade entre homens e mulheres. A mulher russa tomou parte ativa em todo o processo revolucionário, apesar (e, quem sabe, por isso mesmo) da enorme carga de opressão, secular e brutal, que pesava sobre os ombros femininos, sobretudo entre as mulheres camponesas. As medidas tomadas pelos bolcheviques, nos primeiros anos, para emancipar as mulheres eram as mesmas que as mulheres socialistas do restante do mundo levaram décadas reivindicando em seus próprios países.

As mulheres no campo, por outro lado, submetiam-se ao Código de Terras, aprovado em 1922, que outorgava às mulheres camponesas, pela primeira vez na história, a igualdade no acesso à terra, à propriedade, o direito de deixar a família, se assim o desejasse e à participação nas decisões comunais; mesmo que isso fosse difícil de ser realizado na prática.

Ainda assim, o Partido estimulava as mulheres a fazer parte do governo local para que suas reivindicações pudessem ser ouvidas. Krupskaja (2017) dedica vários escritos sobre a

questão da agitação e propaganda entre as camponesas como forma de avançar na luta ideológica contra as seitas religiosas que utilizavam diversas táticas para atrair fiéis às suas igrejas. Vários escritos e discursos de Lenin (1980) dedicam-se ao desenvolvimento e fortalecimento das medidas do jovem Estado Operário para ganhar as camponesas.

A experiência bolchevique, partindo das concepções marxistas sobre a emancipação da mulher e seu papel na luta pelo socialismo, foi transformada em teses e resoluções durante o terceiro Congresso da III Internacional Comunista, reunido em 1921. Esse evento histórico para o movimento socialista mundial traçou um programa e uma orientação para o trabalho entre as mulheres que, por sua clareza e concordância com os princípios do marxismo, até hoje não foram superados por nenhuma outra organização operária.

Goldman (2014), em seu estudo, apresenta as contradições e dificuldades vividas no processo de estabilização das condições de vida das mulheres na Rússia: à medida que o isolamento internacional do processo soviético se prolonga no tempo, em que a crise e os embargos econômicos trazem a fome e pobreza para largas parcelas da população, as mulheres e crianças são as primeiras atingidas pelo desemprego, pela miséria extrema e pela prostituição. Para estes setores a marginalidade social volta a ser uma realidade, com milhares de jovens consumidos pela fome, doenças e pela alienação extrema em relação à vida social e ao trabalho, nas cidades e no interior.

A introdução da Nova Política Econômica (NEP), em 1921, teve um impacto na vida das mulheres. Na prática, os dados do período e os relatos nos encontros e congressos soviéticos mostram que o fechamento de creches, restaurantes e lavanderias, bem como as demissões em massa entre os operários, efeitos da liberalização dos mercados de produtores agrícolas e urbanos, afetou imediatamente e principalmente as mulheres.

Nas cidades, o desemprego, a prostituição e o aumento da população de rua foram os efeitos mais visíveis; no campo, a dificuldade em fazer triunfar as novas leis sobre a família, mais favoráveis às mulheres, em contradição à sobrevivência em muitos aspectos da família patriarcal, dificultava a edificação da independência e autonomia das mulheres camponesas.

Apesar de todas as dificuldades, os anos 1920 foram de luta para garantir as conquistas revolucionárias que haviam mudado profundamente a vida das trabalhadoras e trabalhadores. Estes avanços perdem força e passam a regredir, a partir dos anos 1930, com a ascensão da política stalinista, sendo a proibição do aborto em 1936 (que era legalizado desde 1920), um marco importante.

As perseguições e expurgos políticos passaram a combinar com o processo de burocratização estatal e o que havia sido executado, como recuo momentâneo na economia da região, passa a vigorar de maneira permanente. O Jenotdiél é dissolvido, os centros que promoviam os encontros e congressos de mulheres foram desarticulados paulatinamente, gerando o “fim do movimento proletário feminino”. A III Internacional também é dissolvida e, dessa forma, as resoluções de seus congressos engavetadas.

No marco de uma reversão política e ideológica, a política stalinista, no que toca às conquistas das mulheres e ao direito familiar, passa a ser aplicada de acordo com uma nova agenda, explícita no Edito da Família de 1944. Este Edito da Família retira o reconhecimento do casamento de fato, proíbe julgamentos pela paternidade, reestabelece a categoria de ilegitimidade e transfere o divórcio novamente aos tribunais. Esta orientação tinha, como objetivo, “poupar o homem e sua família legal dos choques financeiros e emocionais” resultante do divórcio ou julgamento de paternidade. Era, portanto, a derrota das disposições revolucionárias que passaram a vigorar a partir de 1918.

A política stalinista atuou para derrotar definitivamente a luta das mulheres, restabelecendo seu papel reprodutivo como algo “natural”, fazendo com que “socialismo” e “libertação” das mulheres fossem confundidos com a vocação para o trabalho doméstico e a maternidade inevitável.

A reversão imposta pelo regime stalinista constituiu uma ruptura com uma tradição secular de pensamento e práticas revolucionárias. E dessa forma a batalha das ideias ganha panos novos em remendo de roupas velhas.

A primeira onda do feminismo corresponde a todo esse período, é, portanto, a mais longa. Inicia-se ainda no século XIX e decorre até o início do século XX. Restringe-se a luta contra o “direito” masculino sobre as mulheres, contra casamentos arranjados, pelo direito ao divórcio, à educação, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, e por fim, à disputa em torno a participação política.

É fundamentalmente uma luta em torno à igualdade. Todas essas reivindicações foram atendidas em primeiro lugar na Rússia revolucionária. Depois o capitalismo incorporou parcialmente as reivindicações nos países centrais. Não à toa o estalinismo, e a política da terceira internacional, privilegiam medidas que rompem a ligação entre o movimento de mulheres e o movimento operário. Com a tomada do poder pelos soviets, em outubro de 1917, a questão da mulher enfrentou o duro embate com a realidade. Pela primeira vez na história, passou-se do plano da discussão para a prática.

Do Pós-Guerra a pós-modernidade.

As guerras mundiais reordenaram o mundo do ponto de vista político e econômico. Após o fim da II Guerra Mundial foi necessário promover a reconstrução dos países destruídos. Foi posto em vigor o Plano Marshall, uma aplicação de vultosas quantias de dinheiro que permitiram um boom econômico na Europa e EUA, por duas décadas consecutivas e que financiaram

o estado de bem-estar social (welfare state) nos países centrais e a concessão sucessiva de direitos ao proletariado das grandes potências.

A existência da União Soviética pressionava a burguesia internacional, toda a segunda metade do século XX passa pela polarização entre EUA e União Soviética, no que se chamou de Guerra Fria. O acordo mútuo de não agressão militar resultou numa coexistência tensa, onde o estalinismo agiu para enterrar todos os ascensos revolucionários do período, bem como, mantendo seu domínio sobre o Leste Europeu, e os EUA. Ao mesmo tempo em que garantia seu desenvolvimento econômico, cooptava o proletariado dos países centrais, promovia golpes militares preventivos nos países subdesenvolvidos, e punha em prática uma duríssima guerra ideológica contra o Socialismo.

Os anos 1960 marcam o fim do crescimento econômico, e abertura de um ciclo de crise na década de 1970 que, com a queda na taxa de lucro, atinge o welfare state, a social-democracia, e o Estado Keynesiano. Se por um lado vemos retomadas as lutas contra o imperialismo, contra o poder institucionalizado, contra o autoritarismo, e de crítica à vida cotidiana, o ascenso da luta de setores oprimidos; de outro a burguesia inicia um projeto de reestruturação produtiva e ataques a direitos.

A derrota do maio de 1968, da greve dos mineiros ingleses, e o fim do Leste permitiu que uma burguesia vitoriosa aprofundasse seus ataques, acarretando a cristalização dos debates em torno ao fim da história, e das alternativas políticas, e o nascimento de um novo tempo “pós-moderno”.

Ruptura Pós-moderna: Lyotard e o combate ao Marxismo.

No final dos anos 1960 torna-se comum denúncia dos ideais do Iluminismo e uma recusa obstinada a qualquer projeto que buscasse a libertação da humanidade. Desconfia-se do conhecimento científico, e se valoriza “outros saberes”. Os

conceitos de verdade, razão, objetividade, progresso e universalidade são profundamente questionados. O mundo passa a ser visto como caótico, instável, fragmentário, imprevisível, inextrincável. Para este pensamento se há verdade universal ela não pode ser alcançada. Às metanarrativas – teorias de explicação totalizantes – é contraposto os “jogos de linguagem”.

Ihab Hassan ilustra a tendência do período que tem como alvo primordial o marxismo. Para Hassan *“esquerda e direita, base e superestrutura, produção e reprodução, materialismo e idealismo são inúteis, a não ser para perpetuar o preconceito”*.(3)

Porém, aquele que dá a contribuição definitiva, conferindo ao termo “pós-modernidade” legitimidade, é François Lyotard.

Em 1973, em “Derive a partir de Marx et Freud”, Lyotard escreve *“a razão já está no poder com o capital. Queremos destruir o capital não porque não é racional, mas porque é. A razão e o poder são uma coisa só. Não há no capitalismo, nenhuma dialética que o leve a sua superação e sucessão pelo socialismo: está agora claro para todos que o socialismo é idêntico ao capitalismo”*. Em “Economie libidinale” (1974) ele diz *“que a representação é desejo; que a encenação, em uma gaiola, na prisão, na fábrica, na família, é desejada. Essa dominação e exclusão são desejadas”*.

Em 1979, em “A condição pós-moderna”, obra em que ele anuncia uma mudança geral na condição humana, definindo:

“pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; (...) A função narrativa perde seus atores (functeurs), os grandes heróis, os grandes perigos, e a grande narrativa. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas sui generis.

Lyotard anuncia desta forma a dispersão do poder em múltiplos jogos de linguagem, dentro dos quais o sujeito se movimenta, não tendo as instituições o monopólio da legitimação e limitação dela. Busca-se subverter a própria linguagem, fonte criadora de instituições, que tendo sua origem em jogos de linguagem, se fragmentam em determinismos locais. Em 1982 ele apresenta a tese do Capitalismo como representação, o resultado da infinitude da vontade humana, que não pode ser circunscrita às classes sociais.

Sua obra sofre mudanças a cada revés da conjuntura, e continua em mutação ao longo da década de 1990, ele migra de uma posição de apoio às lutas estudantis no maio de 1968 para a negação do proletariado como sujeito revolucionário – substituído inicialmente pelas juventudes – até a deserção do projeto socialista, celebrando o fim da pretensão por um projeto coletivo de emancipação humana.

A fragmentação das lutas e a 2ª onda do feminismo.

A segunda onda do feminismo ocorre quando já começou o declínio do movimento contra a guerra do Vietnã, do movimento estudantil e concomitante a perseguição brutal ao movimento Black Power. As referências teóricas do movimento feminista estavam de acordo com o espírito da época e toma o caminho, de certa forma, oposto ao da primeira onda. Abre-se um período de novas investigações em busca da origem da opressão e as consequências da “diferença”.

Simone de Beauvoir chama a atenção para a construção social da mulher como o outro do homem, o ‘tornar-se’. A limitação da liberdade da mulher sendo historicamente justificadas pelo seu papel reprodutivo. Para ela era importante a reafirmação da mulher como uma “alteridade autônoma”, se referenciado em si mesmas, e por meio dos próprios desejos, elas reescreveriam suas histórias de um ponto de vista individual.

Algumas autoras questionam o projeto de emancipação baseado na igualdade, visto como um projeto falocêntrico, pois, escondido atrás de um conceito pretensamente universal de indivíduo, estaria o homem apenas. As organizações e métodos da classe foram decretados insuficientes para abarcarem as reivindicações política e pessoal – que ganha nova importância –, específicas das mulheres. O direito à participação política alcançado nos anos anteriores não teria levado a superação das relações de poder entre os sexos, de onde se segue análises sobre a natureza patriarcal das estruturas e sua criação dos estereótipos existentes. As experiências machistas experimentadas por mulheres que se incorporavam aos diversos movimentos do ascenso anterior – estudantil, pelos direitos civis, contra a guerra –, bem como a política dos PC's, provocaram uma resposta extrema de ruptura do feminismo com o restante do movimento, dando origem ao feminismo radical.

A prática do separatismo nos EUA não coincidiu apenas como divórcio das organizações mistas do movimento estudantil e operário, mas também com as da própria classe operária e, por conseguinte, das mulheres da classe. O novo feminismo radical difundia-se essencialmente entre a pequena burguesia intelectualizada e as classes médias, através do nascimento de uma miríade de pequenos grupos que, na maioria dos casos, se dedicaram à prática da autoconsciência. De facto, o centro de gravidade tinha-se deslocado para o percurso necessário para reconhecer e, logo, liberta-se dos condicionantes masculinos mais profundamente enraizados para a análise das próprias relações pessoais, familiares, sexuais a partir da convicção de que a emancipação e a transformação pessoal eram o pressuposto para uma mudança generalizada".(4)

O sexo e a sexualidade foram alçados à centralidade da organização social, em substituição à classe, conformando um movimento em separado. As feministas radicais defenderam que a contradição primeira da sociedade é a divisão sexual e que

seria impossível a unificação da luta com os homens, pois embora exista distinções econômicas, o patriarcado seria um sistema autônomo e separado do capitalismo.

Em “*Sisterhood is powerfull*”, um conjunto de ensaios, **Robin Morgan**, defende a necessidade de feminismo radical, a partir da análise da discriminação das mulheres por parte dos homens da esquerda, e o sexismo no local de trabalho, sendo àquele a origem de todas as formas de opressão. Sua proposta é conformação de uma irmandade universal entre as mulheres. Nestes ensaios também figura **Kate millet**, a autora defendeu:

a redistribuição da riqueza, que era o objetivo do socialismo (e que teve até repercussões nos países capitalistas), e, finalmente, as grandes alterações efetuadas pela Revolução Industrial e pelo surto da tecnologia, não tiveram, e até certo ponto não têm hoje, senão um efeito marginal e contingente na vida daquela maioria da população constituída por mulheres. O conhecimento deste caso deve chamar-nos a atenção para o facto de que as distinções sociais e políticas não estão baseadas na riqueza ou na posição social, mas no sexo. Porque é evidente que a base da nossa civilização é o patriarcado (5)

A majoritariedade do feminismo radical não impediu que, na década de 70, houvesse tentativas de relacionar classe e gênero. Porém, mesmo dentre aquelas que reconheciam tal ligação, havia divergências. O feminismo materialista teve como um de seus expoentes Christine Delphy. No seu panfleto “the main enemy”, Delphy ao mesmo tempo que critica a política levada a cabo pelos PC’s, reivindica o marxismo como método de análise. No entanto, ela apresenta uma leitura própria da família, como um local de exploração econômica das mulheres. O trabalho doméstico produziria valor que seria apropriado por outros, que não a mulher que o produziu. A apropriação desse trabalho se daria pelo chefe da família, a mulher, nesta

visão, é explorada pelo homem.

A existência de dois modos de produção em nossa sociedade é estabelecida: (1) a maioria dos produtos são produzidos no modo industrial; (2) serviços domésticos, criação dos filhos e certo número de mercadorias são produzidos no modo familiar. O primeiro modo de produção dá origem à exploração capitalista. O segundo dá origem a familiar ou, mais precisamente, a exploração patriarcal.(6)

Para Delphy o casamento é uma relação de produção, e as mulheres conformariam uma só classe. As implicações políticas da ideia de Delphy, que seriam os homens àqueles a se beneficiarem da exclusão das mulheres, ficam nítidas na sua comparação das burguesas com os escravos, “é tão preciso dizer que as esposas dos homens burgueses são burguesas quanto dizer que o escravo de um dono de plantação é ele próprio proprietário de plantação.”, não seriam elas inimigas, pois estariam fora do processo produtivo. A falsa consciência de classe que as mulheres pertenceriam antes à classe referente ao modo de produção capitalista, do que a classe da produção patriarcal, deveria ser combatida.

Numa direção diversa estava o feminismo da diferença ou French Feminism. Os textos de Julia Kristeva e Luce Irigaray – no terreno da psicanálise, de crítica à ideia da inveja e ausência do pênis como símbolo de poder, autoridade e exclusão – inspirarão Adriana Cavarero a defenderem que a necessidade de uma nova ordem simbólica, livre da linguagem excludente masculina que se estende aos diferentes discursos.

Neste período toma fôlego as críticas ao próprio feminismo por mulheres negras e lésbicas, acusando-o de uma visão excessivamente branca e heterossexual que não explicava as situações de opressão vivenciadas por elas. Ocorre a explosão do multiculturalismo e a inversão do universal pelo local. Suas elaborações

transformou os “produtores” culturais em “consumidores” culturais, transtornou as identidades em meras diferenças textuais, discursivas; exaltou os valores , as experiências e mesmo as opiniões dos grupos subordinados, assumindo que eram em si mesmos progressistas, e que surgiam diretamente da experiência de subordinação. Os estudos sobre a vida cotidiana são a expressão acadêmica, por exemplo, da concepção de “dar voz” aos oprimidos, pois essa voz, ao ter sido silenciada mediante os mecanismos da opressão, da subordinação e da exclusão dos discursos dominantes é, em si mesma, autêntica por definição. (Pão e Rosas. Andrea D’atri. Pg 131)

Um só sistema, um só sujeito.

A questão das opressões apareceu em diferentes momentos da História, e então novas facetas foram demonstradas. Inúmeras teorias tentaram analisar e apresentar saídas às diversas formas de marginalização. Surgiram propostas diversas, cada qual ligada a uma visão de mundo: coletivização do cuidado das crianças entre as mulheres da comunidade, círculos de conscientização feminina, acesso à cidadania, conformação de coletivos, luta pelo poder, reformulação da linguagem etc. Algumas dessas saídas, de uma forma ou outra, ainda podem ser vistas no movimento.

A capacidade de influência do marxismo sobre a vanguarda da luta contra as opressões esteve intimamente ligada a uma conjuntura mais geral, que impunha uma correlação de forças mais ou menos favorável, sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Além disso, as traições do estalinismo, bem como seu legado teórico, foram um verdadeiro desserviço para a classe, especialmente para os oprimidos, deixando uma herança maldita contra a qual temos que lutar e nos diferenciar. Esta visão disseminou várias ideologias no interior do movimento,

corroborando para a fragmentação atual: o economicismo, o etapismo, a ideia de que a luta contra as opressões divide a classe etc.

Marx e Engels buscaram compreender o impacto do capitalismo sobre o conjunto das relações sociais. Desde o princípio buscaram demonstrar que a forma como os indivíduos compreendem o mundo são limitadas e determinadas por fatores alheios a sua vontade e fora do seu controle. A história, a economia, e a sociedade moldam o meio dentro do qual os homens reproduzem a vida. A consciência média é limitada pela concorrência que os indivíduos são obrigados a promover para vender sua força de trabalho, isolando e colocando os trabalhadores uns contra os outros. Essa consciência média só pode dar saltos quando os indivíduos são obrigados a se mover como uma só classe, na luta contra outra classe, só desta maneira a classe trabalhadora se livra do atraso herdado.

No cotidiano a classe trabalhadora está sujeita a um bombardeio ideológico que a segue em todos os espaços de convívio social – seja na escola, no trabalho, na igreja, no terreiro, no bar, no shopping – jogando uns contra os outros.

Ao longo da História, algumas teorias buscaram realçar as diferenças existentes no interior da classe, e demonstrá-las como “provas” da existência de divisões originárias, fruto da coexistência de sistemas autônomos, paralelos ao capitalismo. Nesta visão, o patriarcado configuraria sistema de relações sociais anterior ao capitalismo, com causas próprias, dentro do qual há aqueles que se beneficiam da opressão e àqueles que sofrem com ela, concluindo daí que as mulheres seriam os sujeitos da luta contra esses sistemas. A classe aqui se reduz aos aspectos econômicos.

Em Marx, o capitalismo é uma totalidade onde produção e reprodução se articula, não sendo possível reduzi-lo apenas a economia. Esta articulação não é óbvia e se dá de diversas maneiras de modo que o central, a sustentação do modo de

produção capitalista, seja preservado. Um exemplo: ao mesmo tempo que @s [negr@s](#) são a grande maioria dos desempregados, mantidos a margem do mercado de trabalho ou restritos ao subemprego, é possível haver a incorporação no âmbito do consumo, seja pela difusão de elementos culturais “exóticos”, seja através da negociação de produtos específicos para pele negra e cabelos cacheados.

A teoria unitária, proposta por Cinzia Arruzza, busca justamente compreender as relações de dominação, exploração e alienação como um todo articulado e contraditório. As formas de reprodução social – aqui incluídas desde o trabalho doméstico e cuidado com idosos até a sexualidade – são resultados de contextos históricos e lutas feministas que impactam a divisão sexual do trabalho e as políticas do Estado.

O sistema capitalista é entendido não como um sistema estritamente econômico, mas como uma relação social, um processo de reprodução social por meio de produção de mercadorias, que transforma a organização social ininterruptamente. Sua natureza imperialista o capacita a englobar todos os aspectos da vida social, destruindo e criando novos desejos e necessidades, se esgueirando nos diversos espaços.

A profundidade desse enraizamento não pode ser totalmente superada de um só golpe, mesmo Trotsky reconhecia esse fato. Em “Questões do modo de vida” ele adverte sobre as dificuldades enfrentadas pelo Estado Soviético no que dizia respeito a superação dos hábitos herdados do passado, a mudança nas relações familiares, no cotidiano e na cultura se mostraram ainda mais difíceis que as transformações econômicas, após a tomada do poder.

A nossa vida é totalmente contraditória tanto no plano econômico como no cultural. (...) podemos com frequência realçar contrastes psíquicos no interior de um mesmo

indivíduo, de uma mesma consciência. (...) Deve-se isso ao fato de que os diferentes campos da consciência não se transformam e não evoluem paralela e simultaneamente. Deparamo-nos aqui também com um arranjo peculiar. O psiquismo é flagrantemente conservador; na consciência só se transformam os elementos diretamente submetidos às exigências da vida. (...) seria injusto pensar que a confusão e a desorganização reinem unicamente na produção ou no aparelho do Estado. Não; há que se confessar, agem também sobre as mentalidades, em que se combinam convicções de vanguarda sinceras e refletidas, com estados de humor, hábitos e opiniões diretamente herdados de Dmostroj.

Para Trotsky nivelar os diferentes níveis de consciência na classe era uma tarefa colocada para a revolução, que não seria resolvida apenas pela educação escolar. Uma vez que há uma relação complexa entre consciência e modo de vida será preciso combater a questão de diversas maneiras. A tomada do poder seria um passo essencial, apenas o primeiro, na construção de outra organização social.

Notas:

1- A queda dos salários provocou a organização dos homens contra a entrada da mulher nas fábricas, sindicatos chegaram a se organizar em torno da bandeira do “salário familiar”.

2- SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A revolução das mulheres.** Emancipação feminina na Rússia Soviética. Artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

3- As origens da Pós- modernidade. Perry Anderson. Pg 27

4- Feminismo e Marxismo: Entre casamentos e divorcios. Cinzia Arruza. Pg 78.

5- A política dos Sexos. Kate Millett, pg 14.

6- The main enemy. Christine Delphy. In Feminist Issues/Summer 1980. Pg 33.

Referências

ANDERSON, Perry. **Os primórdios da Pós-Modernidade.**

ARRUZA, Cinzia. **Feminismo e Marxismo:** Entre casamentos e divórcios.

_____. **Considerações sobre gênero:** reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo.

D'ATRI, Andrea. **Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo.**

EAGLETON, Terry. **As ilusões da pós-modernidade.**

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução.** São Paulo, Boitempo Editorial, Edições Iskra, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.**

LENIN, V. I. **Sobre a emancipação da mulher.** São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna.**

KRUPSKAIA, Nadiédja. A trabalhadora e a religião. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A revolução das mulheres.** Emancipação feminina na Rússia Soviética. Artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A revolução das mulheres.** Emancipação feminina na Rússia Soviética. Artigos, atas,

panfletos, ensaios. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

<https://filosinsentido.files.wordpress.com/2013/06/32335564-economia-libidinal-jean-francois-lyotard.pdf>

<https://libcom.org/files/delphymainenemy.pdf>